



O bairro do Tapanã: da metropolização ao modo de vida de uma periferia da Amazônia

The neighborhood of Tapanã: from metropolization to the way of life of a periphery of the Amazon

Raimundo Victor Oliveira Santos – Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: victor.santosf@yahoo.com.br

Resumo

O artigo tem o objetivo de compreender o modo de vida em uma periferia da Amazônia, utilizando, para isso, o bairro do Tapanã, localizado na cidade de Belém do Pará, como objeto de uma análise baseada em uma metodologia qualitativa de observação e levantamento bibliográfico, culminando, dentre outras perspectivas, em uma espécie de paralelo comparativo entre o modo de vida dos camponeses amazônicos com aqueles que sobrevivem em espaços urbanos de periferias, sobretudo em relação à utilização da força de trabalho da família e do fator terra fragmentado, onde a produção agrícola deixa de ser o foco. Concluindo-se, com estratégias e iniciativas de desenvolvimento social, que deve haver um entendimento diferenciado e verossímil da realidade das populações que compõem os bairros de periferias.

Abstract

The article aims to understand the way of life in a periphery of the Amazon using the Tapanã neighborhood as the object of an analysis based on a qualitative methodology of observation and bibliographic survey, culminating, among other perspectives, in a species comparison between the way of life of the Amazonians with those who survive in urban spaces on the periphery, mainly in relation to the use of labor force of fragmented land, where agricultural production is no longer the focus. In conclusion, with social development strategies and initiatives, which must have a differentiating and credible understanding of the reality of the populations that make up the periphery neighborhoods.

Palavras-chave

Metropolização. Periferia. Feiras. Economia. Amazônia.

Keywords

Metropolization. Periphery. Fairs. Economy. Amazon.

INTRODUÇÃO

O processo de metropolização da Amazônia construiu conjunturas socioespaciais peculiares, mas também absorveu as características da reestruturação espacial exigida pela reprodução do capital. A pressão sobre as periferias e o convívio do verde com o concreto e do nativo com o externo geraram uma coexistência de opostos e estratégias. Em uma região, onde, historicamente, predominavam os modos de vida camponês e ribeirinho, pautados nas condicionantes naturais, a entrada de modelos urbanos capitalistas globais desencadeou formas adaptativas de lógicas reprodutivas locais dentro de um contínuo e diversificado processo de crescimento.

Este artigo tem como objetivo compreender o modo de vida de uma periferia urbana da Amazônia, no caso, o bairro do Tapanã, na cidade de Belém, no Pará, tendo como objeto socioeconômico principal a feira livre do bairro, afim de elucidar um entendimento capaz de facilitar a articulação de estratégias de desenvolvimento para localidades similares. A análise é orientada por um delineamento exploratório qualitativo que, como afirma Leal (2019), torna o problema mais explícito, caracterizando uma familiaridade e uma compreensão acerca dos fenômenos humanos e sociais, priorizando as relações de significado. Para tanto, utilizaram-se como instrumentos o levantamento bibliográfico, as notas de campo, a observação participante e as entrevistas informais, utilizados entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021.

Todo o processo metodológico de observação participante é baseado no saber ouvir, compreender e enxergar, utilizando todos os sentidos para enriquecer a análise teórica. Nesta metodologia, os investigadores são levados a partilhar papéis e hábitos dos grupos observados, fazendo com que a pesquisa absorva as peculiaridades culturais desta comunidade por meio da apuração dos processos de interação social. Esse tipo de observação é um método qualitativo com raízes na pesquisa etnográfica tradicional (VALADARES, 2005; MÓNICO, 2017; MARIETTO, 2018).

Para tanto, transita por abordagens referentes ao histórico do bairro, aos processos de metropolização e de impactos do avanço do mercado imobiliário nas periferias, bem como à importância das feiras livres constituídas em vias urbanas e à análise dos circuitos da economia urbana de Milton Santos. Por fim, elucidam-se, com base no modo de vida camponês, um espectro do que seria a lógica reprodutiva das populações pertencentes a camadas sociais mais desfavorecidas das periferias.

1 O BAIRRO DO TAPANÃ

A Amazônia brasileira experimentou um ápice de prosperidade durante o período do chamado “boom” econômico da borracha (1879-1911), que gerou riquezas para os exportadores nos centros mercantis de Belém e Manaus, porém, com o colapso da economia da borracha, as cadeias mercantis foram encerradas. Com isso, as bases camponesas regionais se ampliaram, inicialmente, na região do Acre e dos Altos rios Negro e Solimões, alcançando, em seguida, as bases camponesas ribeirinhas, além das terras firmes do planalto santareno e do nordeste paraense, que conformam hoje o sistema de várzeas (HOMMA, 2014).

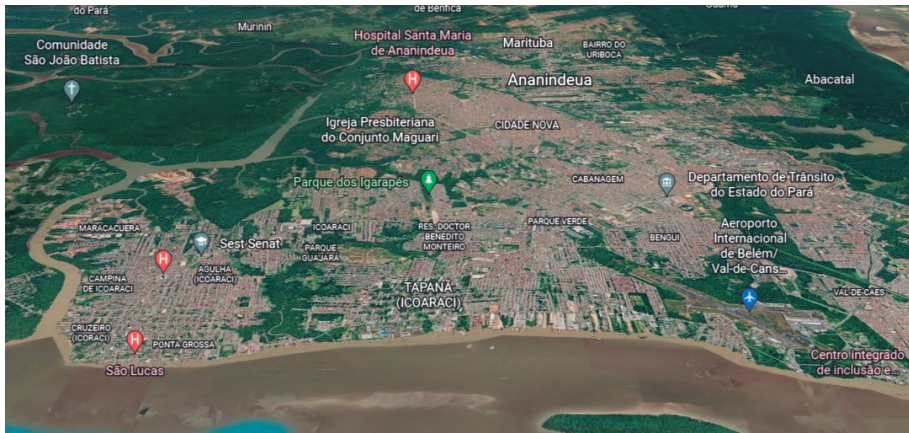
Alguns anos depois, aproveitando-se das possibilidades de demanda referentes ao contexto da segunda guerra mundial, Homma (2014) ressalta que, em 1942, é criado o Banco de Crédito da Borracha, com uma política de preços mínimos e crédito para a extração de látex, com o objetivo de fomentar um novo ciclo próspero. Porém, com o fim da guerra, tais esforços foram encerrados, ocorrendo um movimento de liberação de trabalhadores nordestinos, retidos nos seringais, que acabam se tornando camponeses em áreas amazônicas, expandindo novamente as ocupações das áreas de várzeas. No contexto do recrutamento de pessoas que seriam conhecidas como “soldados da borracha”, neste período da segunda guerra, com grande parte sendo nordestinos, que tinham o objetivo de reconhecimento, riqueza e vida nova, foram construídos alguns tipos de hospedarias para abrigar essas pessoas.

Dentre as hospedarias oferecidas (1942- 1953), estava a “Hospedaria do Inferno” ou “Hospedaria do Diabo”, como era comumente conhecida, que era uma grande área de terras anteriormente chamada de “Pouso do Tapanã”, como aponta Furtado (2019), onde, para ter direito a três refeições diárias, era exigida dos “soldados da borracha” uma penosa contrapartida produtiva que, na maioria dos casos, expunha as pessoas à fome e ao trabalho escravo.

Com o fim da guerra e o declínio da demanda externa por borracha, os trabalhadores não dispuseram de condições para retornar às suas terras natais, e continuaram a ocupar o espaço da hospedaria. Estima-se que cerca de 63 mil pessoas passaram por lá. Essas pessoas ficaram largadas à própria sorte, tendo que buscar ou criar suas próprias oportunidades. Com isso, os esquecidos “soldados da borracha” começaram um processo de ocupação do lugar, a partir da invasão de algumas fazendas e a formação de pequenos núcleos de habitação. Iniciou-se, então, a formação do bairro do Tapanã (nome herdado da fazenda onde ficava localizada a antiga hospedaria). Com o tempo, houve a transformação da terra rural em terra urbana, induzida pela ação do capital imobiliário e pela influência

da antiga estrada de ferro que ligava Belém a Bragança (hoje, é a rodovia BR-316) e Ramal de Pinheiro (atual Distrito de Icoaraci). O bairro se desenvolveu na pobreza e na desigualdade social (FURTADO, 2019).

Mapa 1 – Localização do bairro do Tapanã na cidade de Belém, Pará



Fonte: adaptado a partir do *Google Earth*.

Atualmente, o bairro é um grande mural dessas desigualdades, onde ocupações irregulares e moradias precárias convivem lado a lado com condomínios de classe média alta. As contradições são gritantes e escancaradas. O bairro é “cortado” pela Bacia do Mata-Fome, ao longo da qual diversas palafitas abrigam centenas de famílias. Tem em seu entorno os bairros do Coqueiro, Parque Verde, Val de Cães e Tenoné, constituindo uma importante via alternativa de acesso ao centro da cidade pelas rodovias do Tapanã, Arthur Bernardes e Padre Bruno Sechi (antiga Rua Yamada). A especulação imobiliária, no contexto da expansão da chamada “nova Belém”, e a articulação dos próprios habitantes desenvolveram uma importante estrutura socioeconômica no bairro. Contudo, a maior parte da população ainda padece com a falta de saneamento básico, o acúmulo de lixo, a falta de manutenção de algumas vias, alagamentos e violência.

2 DESENVOLVIMENTO, METROPOLIZAÇÃO E MERCADO IMOBILIÁRIO

Para compreendermos a estruturação urbana de bairros como o Tapanã, devemos partir do entendimento de que, na região Norte, um dos efeitos do processo de desenvolvimento, orientado pela lógica de mercado, é o aumento da concentração populacional em poucos polos de desenvolvimento e de prestação

de serviços. Essa concentração é, de certa forma, orientada pela existência de investimentos em pontos específicos do espaço regional, atraindo a população, ao mesmo tempo que contribui para a estagnação das atividades econômicas do interior, culminando em fatores expulsivos de significativos contingentes de população, que deixam as áreas rurais, e as pequenas cidades interioranas, em busca da sobrevivência nas áreas urbanas de maior porte que agregam atividades econômicas, por vezes, com vida efêmera (MOURA; MOREIRA, 2010).

Neste sentido, como afirma Trindade Júnior (1999), o processo de formação da metrópole não pode ser considerado como linear, pois é marcado por rupturas, (des)continuidades, (re)construções e (re)estruturações. Sendo assim, a forma urbana belenense, expressa a gradativa alteração da cidade ribeirinha, relacionada às formas naturais dominantes, a exemplo das vias fluviais, mas também expressa a simultânea desestruturação de relações, de modos de vida, de hábitos e de valores, em suma, de conteúdos sociais marcados por temporalidades específicas. Com isso, a forma compacta do espaço metropolitano, dá lugar a uma forma dispersa de novos assentamentos urbanos, sobretudo, nas baixadas, que são submetidas a um intenso processo de valorização do solo através da verticalidade do ambiente construído, que expressa um importante elemento da metropolização.

Constituído inicialmente, como já mencionado, por uma parcela dos “soldados da borracha”, com o tempo, o espaço que hoje forma o Tapanã, foi recebendo contingente populacional proveniente da região das ilhas e de outras cidades interioranas do estado do Pará. Essas pessoas trouxeram consigo modos de vida que passaram por reestruturações, impulsionadas pelo padrão de vida urbano. Entretanto, seus hábitos não foram totalmente destruídos, mas sim adaptados. A forma de vida de comunidades, sobretudo as mais carentes do bairro, em muito se assemelham a uma vida interiorana, onde as margens do igarapé Mata-Fome, deram lugar às vias públicas pavimentadas ou não; as *rabetas* foram substituídas pelas bicicletas e motos; a pesca e a agricultura, substituídas pelas atividades autônomas de comércio e serviços, conformando este processo de reconstrução de hábitos frente às demandas urbanas, mas que não conseguiu destituir totalmente o “ser ribeirinho”, intrinsecamente vivo e resiliente nestas pessoas, presente no modo de vida e nas relações sociais locais.

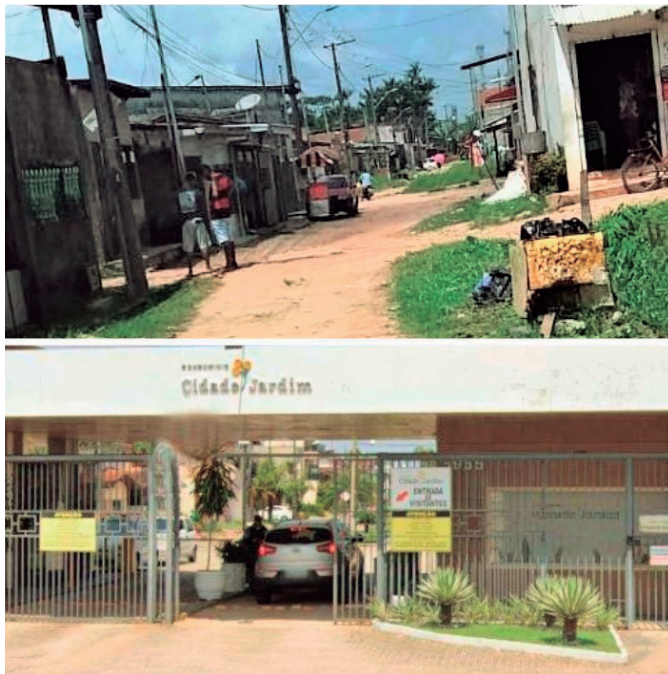
Desde a década de 70, a substituição de importações, vista a partir de um tecido urbano industrial implantado nas grandes cidades e metrópoles da periferia industrial, gerou “cidades de camponeses”, nas quais práticas identificadas como rurais se superpunham à economia urbano-industrial em formação como: economias domésticas de subsistência de fundo de quintal, completando o orçamento familiar; grupos de parentesco e compadrio, dominando relações

e controles sociais; e relações de produção pré-capitalistas, coexistindo com relações (sub)assalariadas e marcando uma inserção particular na economia urbana (MONTE-MÓR, 1994).

O Tapanã desponta como um símbolo deste processo, na região da chamada Nova Belém. Dentro de seus limites, costumam-se os elementos históricos da pobreza, desigualdade e resistência social com os detentores de padrões de vida mais privilegiados, que trazem consigo a “capacidade social” de dar volume à voz que faz a demanda, por equipamentos urbanos, ser atendida. São esses elementos contraditórios que expressam a desigualdade existente nacionalmente, vistos de forma exemplificada neste espaço que ilustra tais desigualdades, sobretudo nas formas habitacional e empregatícia, na qual a peculiar coexistência dessas realidades esboça, claramente, um dos elementos da metropolização e de sua expansão.

A Sra. Cristina Mota, que reside há 23 anos no bairro, mais especificamente na Rua Paulo Guilherme, na comunidade Jardim Primavera, trabalha como secretária do lar, há mais de nove anos, em um condomínio residencial bem próximo de sua casa (Figura 1), de onde provém a principal renda de sua família de seis pessoas.

Figura 1 – Rua Paulo Guilherme, na comunidade Jardim Primavera, e condomínio Cidade Jardim, Tapanã



Fonte: elaboração do autor, 2022.

Ao ser questionada sobre como ela entende essa diferença de infraestrutura entre sua moradia e seu local de trabalho, que coexistem no mesmo espaço, a uma curta distância, ela ressalta que:

No meu ponto de vista, isso tem muito a ver com a desigualdade social e a falta de uma boa educação nas escolas públicas, pois quem tem uma boa remuneração investe pesado na educação de seus filhos. Com isso, as oportunidades ficam mais difíceis aos mais carentes. Infelizmente, o poder público só investe onde possa levar vantagem, a corrupção está escancarada pra quem quiser ver. A realidade do nosso bairro é como se fossem dois mundos paralelos (informação verbal)¹.

Na análise de campo, outra importante relação observada diz respeito à prestação de serviços no bairro. Durante todo o período da semana, percebe-se um grande movimento de pessoas pelas ruas, sobretudo homens, de diversas idades, oferecendo a prestação dos mais variados tipos de serviços, como roçagem, pintura, manutenção elétrica, hidráulica, podagem, dentre muitos outros tipos de serviços residenciais. Eles passam de casa em casa, e, em algumas abordagens feitas, todos afirmaram serem moradores de localidades caracterizadas como as “áreas de baixada” do bairro. Nesses tipos de “bicos”, é provida sua principal ou até mesmo única fonte de renda.

Chama a atenção o baixo valor cobrado pelos serviços. O Sr. Anderson, conhecido como “seu Gulé”, 41 anos, possui uma família de três pessoas, também morador do Jardim Primavera, geralmente cobra em torno de 50 reais (às vezes até menos) para roçar terrenos, podar árvores, mais qualquer outro serviço de manutenção a ser realizada, tudo junto, sem nenhum tipo de proteção ou equipamento de trabalho que resguarde sua segurança.

É interessante notar que, geralmente, os contratantes desses serviços são pessoas de condomínios ou conjuntos residenciais de classe média ou média alta do bairro e até pequenas empresas locais, que terminam “lucrando” com essa situação, pois pagam um valor irrisório por um pacote de serviços que, se fossem feitos por empresas, por exemplo, no mercado formal, teriam de pagar um valor muito maior. Tal situação ilustra uma espécie de subterceirização ou até mesmo uma “precarização da precarização” da força de trabalho local, havendo uma exploração da mão-de-obra intrínseca aos limites do bairro e adaptada à realidade do mesmo, elucidando uma economia de subsistência, na qual o (sub) assalariamento e a discrepância social configuram a economia urbana do Tapanã.

¹ Informação fornecida pela Sra. Cristina Mota, 47 anos, no Jardim Primavera, em fevereiro de 2021.

Essas desigualdades compõem a reestruturação do espaço, na qual sua transformação, em força produtiva, acentua tensões sobre as totalidades parciais e inter-relacionadas dentro do jogo de controle dos novos lugares de assentamento, fomentando uma “metropolização da pobreza”. Destaca-se o papel do capital imobiliário na dispersão metropolitana e na expropriação da força de trabalho, no qual os “novos solos” se tornam vitais para a reprodução do capital (TRINDADE JÚNIOR, 1999).

Portanto, a cidade de Belém desponta como uma das referências da intensificação do processo de metropolização na Amazônia, pois incorporou um tipo de reestruturação da rede urbana da região, que ocasionou rupturas de antigos padrões de organização espacial e, também, processos de dispersão populacional, de investimentos econômicos e de ações governamentais, estando esses direta ou indiretamente vinculados às novas vias de circulação, tais como as rodovias (SANTOS, 2019).

Dessa forma, a abertura de vias estratégicas de escoamento e tráfego foi uma importante característica implantada no bairro do Tapanã. De todos os bairros do seu entorno, é o único que possui três grandes rodovias que servem de alternativa para o contingente, que parte do distrito de Icoaraci, para o centro comercial de Belém. A rodovia do Tapanã serve de escoamento para o tráfego e para caminhões de carga vindos da BR-316, via rodovia Mario Covas, que descarregam nos portos e indústrias localizados na Avenida Arthur Bernardes, que é outra importante via que perpassa o bairro e o liga ao centro da capital. Há também a rodovia Padre Bruno Sechi (antiga Rua Yamada), interligada à avenida centenário, e a primeira e a última foram recentemente duplicadas para facilitar o escoamento de pessoas e de cargas.

Quanto à formação dos condomínios, apesar do apelo de “fuga da cidade”, esses esbarram em problemas infraestruturais de caráter histórico nas áreas de expansão, onde os setores sociais de *status* diferentes convivem lado a lado. A origem deste contexto é verificada com a expansão da valorização rentista do solo, ramificada nas periferias do capitalismo brasileiro, estimulada pela incapacidade de ampliar a acumulação do capital por meio do aumento da produtividade ou de inovações técnicas, sendo, para tanto, utilizados mecanismos da valorização imobiliária por meio de instrumentos do capital financeiro (crédito e subsídios, por exemplo) (TRINDADE JÚNIOR, 1999; SANTOS, 2019).

A transformação do espaço, quanto valor de uso, em espaço mercadoria, fragmentou a cidade em um mosaico de lotes à venda, estimulando disputas pelo controle das diretrizes do processo de reestruturação metropolitana, o que representa a negação do “direito à cidade”, à maneira como definiu Henri

Lefebvre, onde as novas ocupações “espontâneas” são espaços vazios de cidadania, sofrendo com problemas estruturais e de logística. Logo, a metropolização faz o urbano “virar as costas para o rio”, “engolir os cursos naturais” do interior da cidade, “aniquilar o verde” e outras amenidades, para depois recriá-las como imitações da “cidade ribeirinha” e da “cidade das mangueiras”, em um jogo de forma-conteúdo, significado-significante (TRINDADE JÚNIOR, 1999).

A desigualdade social, evidenciada pelas diferenças na oferta de equipamentos urbanos em um mesmo ambiente, que afeta a Sr^a. Cristina Mota, sendo ela um exemplo de caso elucidativo para tantos outros, torna-se um pilar característico do processo de transformação e fragmentação do espaço urbano, sob a égide da valorização do capital. Em um ambiente já constituído, em sua origem, por grupos sociais ofuscados pelos grandes centros urbanos, há uma compressão ainda maior desses grupos. Isso ocorre quando as classes mais abastadas começam a penetrar nos mesmos espaços, deslocando-os para locais ainda mais precários, dentro do bairro que, por si, já é precário, ou seja, para a periferia de um bairro de periferia em novas ocupações irregulares, por exemplo. E tal movimento ultrapassa a questão habitacional, promovendo relações de trabalho precárias, como a do “seu Gulé” e de tantos outros que já padecem com os problemas estruturais e habitacionais locais.

Entretanto, Burgos (2016) nos mostra a importância de entendermos a vida nas cidades como algo além do aprisionamento mercadológico, visível e invisível. Há caminhos que orientam à abertura de uma maior participação popular efetiva, afirmando uma gestão pública mais democrática das cidades, realizada com o uso e apropriação dos espaços públicos urbanos, orientada pela diversidade e multiplicidade dos seus agentes, sendo o espaço público *um espaço aberto ao possível*, local de manifestações sociais de caráter público-político, econômico e cultural, contrapondo-se ao pensamento sobre a cidade como produto, como locus de reprodução privilegiada do capital.

As camadas sociais populares, presentes nos espaços públicos, desenvolvem inúmeras *estratégias de sobrevivência* (espontâneas ou institucionalizadas), dando visibilidade às periferias e às suas problemáticas, personificando o urbano enquanto conceito construído pela simultaneidade, pelo encontro das diferenças, pelas possibilidades, de forma mais profunda, nas sociedades urbanas com níveis de complexidade mais elevados, expressando-se em seus espaços públicos, além do ritmo da vida cotidiana, longe da escala das metrópoles (BURGOS, 2016).

Neste sentido, no bairro do Tapanã, “a vida pulsa de forma contraditória, angustiante e criativa. No universo das ausências e carências, o que existe de espaço possível de apropriação, é fortemente potencializado e usado” (BURGOS,

2016, p. 9). O espaço do bairro não é somente um reduto de aprisionamento, e talvez nem o seja, mas sim um lócus de pluralidade, onde o convívio de distintas realidades ilustra diferentes estratégias de sobrevivência. O quesito habitação talvez seja um dos mais notórios exemplos dessas estratégias, onde o fator terra, o crescimento do mercado imobiliário e a “metropolização da pobreza” geram vários desdobramentos. E, provavelmente, o exemplo que melhor configura esse espaço de possibilidades, de estratégias e de ilustração da tríade de Henri Lefebvre (lazer, família e trabalho) possivelmente seja, no caso analisado, a feira livre do bairro do Tapanã.

3 AS FEIRAS LIVRES E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

As feiras livres vêm assumindo, diante de uma cidade cada vez mais competitiva e fragmentada, uma maior importância em relação ao uso do território. O território, neste caso, é um suporte essencial à busca pela manutenção das estratégias de reprodução das relações sociais que, no caso dos feirantes, estão vinculadas à existência e funcionamento das feiras livres, que devem ser entendidas como espaços de apropriação coletiva, significando o lócus de afirmação de diferentes territorialidades que concorrem na produção do espaço urbano belenense. As primeiras feiras livres de Belém surgiram durante a exploração econômica da borracha na Amazônia, em decorrência da maior necessidade de abastecimento da cidade. Com o tempo, a expansão do tecido urbano ramificou as relações de troca para outros locais da cidade, desvinculados da dinâmica do porto. Logo, inicialmente, temos a feira localizada na margem do rio; posteriormente, ocorrem o desenvolvimento e a formação de mercados particulares que irão formar as feiras livres nas vias públicas da cidade, tal como no bairro do Tapanã (MEDEIROS, 2004).

A feira livre constitui um espaço essencial de suporte para a busca e manutenção de estratégias de sobrevivência e de reprodução das relações socioespaciais, expressando o urbano como um local de possibilidades para as diferentes territorialidades, no qual se questiona o direito à cidade por meio da dinâmica de apropriação dos territórios e através das disputas por fragmentos do tecido urbano. A territorialização no controle e uso do espaço, por parte dos feirantes, atua como forma de segurança e, também, de poder e dominação, materializada nos fragmentos de ruas e avenidas da cidade, na multiplicidade de pequenos *microterritórios*, ativando as relações coletivas humanas dinâmicas em uma coexistência de diferentes realidades em seus espaços de sobrevivência (MEDEIROS, 2004; SANTOS, 2013).

Tais formas de controle e uso do espaço, vinculadas à projeção das relações de poder, dão sentido ao território no momento em que essas relações começam a se projetar espacialmente. Em muitos casos, a dinâmica imposta pelos feirantes acaba sendo reproduzida, automaticamente, por grupos maiores de trabalhadores informais. Com isso, entende-se que a territorialidade humana é simultaneamente uma forma de classificação de área, uma forma de controle de acesso e um modo de comunicação (SANTOS, 2013).

Por exemplo, observa-se a grande feira livre do Tapanã, conhecida como Feira do Parque União (Figura 2), localizada na Rua São Clemente, com uma grande parte composta por barracas de madeiras com vendas de diversos tipos de produtos, e a outra parte conta com lojas de alvenaria mais estruturadas. O reconhecimento do microterritório de cada feirante constrói as relações de poder sobre os fragmentos de espaço, onde suas atividades simbolizam, por vezes, a única estratégia de sobrevivência, sobretudo dos agentes do chamado circuito inferior da economia urbana.

Figura 2 – Feira do Parque União e as feirantes Josilene Silva e Lucidalva Santos – Tapanã



Fonte: elaboração do autor, 2021.

Por seu turno, a teoria dos dois circuitos da economia urbana, de Milton Santos (2008), ajustada à realidade dos países subdesenvolvidos, apresenta um circuito superior voltado às atividades de grandes dimensões e escalas globais e modernas (indústrias, bancos, Estado, etc.). O circuito inferior dependente do superior, relacionado a atividades econômicas de pequenas dimensões em escala

local (capital não intensivo, varejistas, etc.). Essa teoria considera a desproporção de urbanização e a modernização entre os diferentes tipos de países e economias e suas respectivas incapacidades de absorção da força de trabalho (GUIMARÃES; CUNHA, 2018; CATAIA; SILVA, 2013; MONTENEGRO, 2012).

Neste contexto, Milton Santos (2008) atentou para o real funcionamento da “economia pobre”, na qual a pobreza é histórica e espacialmente construída, principalmente nos dias atuais, tornando-se estrutural e globalizada, em que os problemas da pobreza dos trabalhadores passam a ser de responsabilidade dos próprios trabalhadores; inclusive, a solução desses problemas fica a cargo da postura individual dos mesmos. Atrelado a isto, a desigual implantação dos sistemas técnicos e produtivos e da promoção de políticas públicas agrava as desigualdades territoriais, impactando negativamente a renda e o poder de compra de uma parcela dos trabalhadores, afetando suas necessidades básicas, sobretudo algumas necessidades oriundas da ditadura dos consumos modernos (CATAIA; SILVA, 2013; MONTENEGRO, 2012).

A análise de campo na feira procurou identificar essas perspectivas acerca, principalmente, do circuito inferior. A Sr^a. Lucidalva Santos (Figura 2), 56 anos, trabalha cinco dias por semana em um ponto comercial de venda de confecções, residindo há 27 anos no bairro, no Conjunto Pratinha II. O seu ponto comercial é alugado, com o proprietário residindo no Conjunto Maguari (fora do bairro). Seu estoque de roupas é proveniente de São Paulo e Fortaleza, onde vai realizar compras quatro vezes no ano. Ela também trabalha com a venda de cosméticos no bairro, não recebe nenhum benefício social e seu contato com o sistema bancário se dá através de um cartão de crédito, mas que, segundo ela, não faz muito uso, pois o limite é muito baixo, e também usa um cartão de débito para sacar dinheiro.

No caso da Sr^a. Clotilde Ataíde, 63 anos, o ponto comercial pertence a ela. É moradora do Conjunto Cordeiro de Farias há 15 anos, compra parte de seus produtos em Belém e outra parte em Fortaleza, 2 vezes ao ano. Seu contato com o sistema bancário se dá através de um cartão de crédito e débito, mas o usa somente para comprar seus produtos.

A Sr^a. Josilene Silva (Figura 2), por sua vez, tem 41 anos de idade e mora há 24 anos no Conjunto Pratinha II. Possui uma barraca de venda de verduras e legumes, abastecendo, diariamente, seu estoque a partir de compras no bairro do entroncamento e utilizando dinheiro ou transferência via pix. Seu contato com o sistema bancário é através de uma conta bancária, mas não possui crédito, pois está inadimplente. Essa função é a sua principal fonte de renda, e seu filho Gabriel de 7 anos e sua mãe Maria de 69 anos trabalham com ela. Trabalha de domingo a domingo e não recebe nenhum tipo de benefício social.

A Sr^a. Rosângela Silva, 38 anos, também trabalha todos os dias como verdureira em uma barraca própria, sendo esta sua única fonte de renda. É moradora do bairro há 38 anos, residindo no final da linha de ônibus Cordeiro de Farias. Repõe seu estoque todos os dias, a partir de compras no bairro do entroncamento, utilizando dinheiro em espécie, somente. Seu contato com o sistema bancário se dá através, unicamente, de um cartão de débito, e não recebe nenhum benefício social.

Da mesma forma, a Sr^a. Erica Santos atua como verdureira em uma barraca alugada, sendo o proprietário morador do entorno da feira; ela possui 36 anos e mora há 20 anos no bairro. A reposição de estoque é feita pelo dono da barraca e ela não tem informações sobre a compra dos produtos. Seu contato com o sistema bancário ocorre apenas através de uma conta que utiliza para sacar dinheiro e receber pix das vendas. Essa é sua principal fonte de renda e não conseguiu acesso a nenhum benefício social.

Nas conversas e entrevistas informais com os feirantes, observou-se uma importante peculiaridade: uma grande parte dos proprietários dos imóveis comerciais de alvenaria da feira não reside no bairro, como no caso da Sr^a. Lucidalva, o que faz com que a remuneração pelo fator terra, ou seja, a renda arrecadada com os alugueis, em parte, não permaneça na economia do bairro. Parte dos proprietários desses imóveis que residem no bairro são moradores de conjuntos residenciais mais estruturados e possuem uma renda razoável, como no caso da Sr^a. Clotilde e do proprietário da barraca da Sr^a. Érica. Os locatários, por sua vez, residem, na grande maioria das observações, nas chamadas “áreas de baixada” do bairro, como o fim da linha do ônibus Cordeiro de Farias, o Conjunto Pratinha e o Jardim Primavera.

Há um acesso muito restrito dos feirantes a serviços bancários e a benefícios sociais, em grande parte, de acordo com as justificativas contadas, por falta de familiaridade com as novas tecnologias e serviços financeiros e também por não estarem inseridos em grupos caracterizados como público-alvo de grande parte desses serviços. É muito comum, também, observar crianças e adolescentes trabalhando, sobretudo nas barracas de frutas, legumes e verduras, geralmente acompanhando seus pais, o que pode estar associado à carência de instituições públicas de ensino infantil no bairro.

Esses fenômenos podem elucidar uma possível especulação acerca dos citados microterritórios locais, afetando diretamente, não somente o direito ao espaço urbano, mas as próprias estratégias de sobrevivência dos estratos sociais periféricos. Além disso, tal como apontou Milton Santos (2008), segundo Montenegro (2012) e Cataia e Silva (2013), revela pessoas à margem dos sistemas

técnicos e produtivos, dos serviços financeiros e, também, das políticas públicas eficazes, tendo de lidar, por vezes, com a própria sorte acerca de seus problemas de pobreza e sobrevivência.

Essas observações corroboram com a percepção de que o Estado privilegia as atividades do circuito superior, com foco nos seus mecanismos de produção, estabelecendo uma grande questão que, para Milton Santos (2008), seria a de encontrar as formas de relações entre os dois circuitos, abrindo uma comunicação entre ambos e melhorando, dessa maneira, a situação dos indivíduos no circuito inferior, aumentando a sua produtividade. Isso reorganizaria o espaço, favorecendo a redistribuição dos recursos nacionais e a distribuição mais equitativa dos recursos e dos homens no espaço (MONTENEGRO, 2012; GUIMARÃES; CUNHA, 2018).

Outro ponto de discussão é compreender que a assimilação de novos objetos técnicos (celular, aplicativos, *internet*, computador, etc.) pelo circuito inferior, significa uma renovação de seu conteúdo, principalmente quando aliadas à expansão do crédito e do consumo da população pobre, podendo representar tanto um aprofundamento da dominação sobre este circuito, por meio das finanças, quanto uma criação de novas necessidades, que popularizem modelos de consumo mais éticos e sustentáveis através da difusão de informações. Essas questões poderiam levar a uma economia de dispersão, rompendo com a economia de concentração, oriunda da racionalidade econômica capitalista tradicional, sendo orientada, em parte, para mercados restritos e rarefeitos, regionais e locais, tais como as pequenas e microempresas (economia de escala local), os pequenos investimentos, os bancos do povo, o comércio popular, o microcrédito, os trabalhadores autônomos, a agricultura familiar e camponesa e o cooperativismo. O sucesso da grande e da pequena economia está interligado. (CATAIA; SILVA, 2013; GUIMARÃES; CUNHA, 2018).

Por fim, a presença do circuito inferior da economia nas feiras livres belenenses (em particular, na área de estudo) reafirma a sua importância na configuração econômica local, dispondo dos elementos imprescindíveis às estratégias de sobrevivência nas frações de cidade. Por isso, Milton Santos (2008) é enfático ao afirmar que, no circuito inferior, a tecnologia é o trabalho intensivo localmente adaptado ou recriado. Logo, sendo parte do circuito inferior da economia urbana, as feiras livres (re)afirmam o sentido e o significado desta dimensão da economia urbana, personificando o conceito de território, que vai além do seu sentido geográfico, um elemento geopolítico, no qual o que é público passa a se confundir com o coletivo privatizado e/ou territorializado, através do movimento das necessidades de (re)produção de um determinado grupo socioespacial, nesse caso, os feirantes (MEDEIROS, 2004; SANTOS, 2013).

4 OS 'CAMPONESES URBANOS'

Ao tratarmos dessas populações pertencentes às classes sociais mais populares, partícipes do circuito inferior da economia urbana, de menor poder aquisitivo, que constroem seus espaços na feira livre, lutam por seu direito à cidade e residem nos assentamentos das periferias urbanas, além de considerar o histórico de formação das periferias e as reestruturações pelas quais os modos de vida passaram, cabe considerar um interessante paralelo das observações feitas e já abordadas com os chamados camponeses amazônicos. A definição de camponeses, segundo Costa (2012), compreende as famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais, conseguem resolver seus problemas reprodutivos a partir da produção rural, sendo ela extrativa, agrícola e/ou não agrícola, construída a partir de uma estrutura na qual não se diferencia aqueles que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação.

Essas famílias seguem critérios orientados pela eficiência reprodutiva do conjunto familiar, constituída como uma expressão formal da eficiência de um microsistema baseado em uma racionalidade que busca a manutenção do padrão de consumo cultural e historicamente estabelecido com o mínimo de risco e o menor esforço possível, almejando o equilíbrio entre o *grau de satisfação das necessidades* e o *nível de penosidade do trabalho*. Uma grandeza de importante relevância no contexto da economia camponesa é o **crescimento demográfico**. Tal grandeza insere a discussão sobre a diferenciação demográfica no interior da unidade camponesa, ou seja, a composição familiar com base em fatores, como o envelhecimento, o crescimento natural, a aptidão ao trabalho, etc., o que influencia decisões sobre o orçamento e consumo em curto e longo prazos (COSTA, 2012).

Dessa forma, o crescimento demográfico da unidade camponesa eleva, consequentemente, o orçamento anual necessário, aumentando as necessidades da unidade de consumo, fazendo crescer a necessidade de uma maior receita da unidade de produção; com isso, aumenta o grau de efetividade no uso dos mesmos recursos materiais disponíveis, o que eleva a necessidade de terras e meios de produção adicionais, estabelecendo uma maior necessidade de crescimento do rendimento anual de cada trabalhador, impulsionando a extensão da jornada de trabalho na proporção do crescimento do orçamento, o que leva a um aumento do nível de penosidade do trabalho, que se eleva ainda mais quando a disponibilidade de terra e capital não pode ser alterada e, neste caso, aumenta para além da variação do orçamento, sendo maior do que era antes do aumento da família (COSTA, 2012).

Dito isto, lembremo-nos do que Monte-Mór (1994) expôs em relação às mudanças estruturais ocorridas, sobretudo a partir da década de 1970, nas quais a metropolização das periferias industriais criou “cidades de camponeses”, onde práticas tidas como rurais se sobrepuseram à economia urbano-industrial em formação. O bairro do Tapanã, formado por um “mosaico de fragmentos de desigualdades”, evidencia nas comunidades mais desfavorecidas, vizinhas dos conjuntos habitacionais, um comportamento que remete ao modo de vida camponês. Uma observação direcionada a essas comunidades nos permite enxergar uma lógica reprodutiva, assentada na família como eixo central.

A natureza na qual os “camponeses originais” estão imersos, neste caso, é substituída pelo ecossistema urbano, sendo a vida humana a natureza prevalecente, bem como sua capacidade de sobreviver no meio a partir da construção de oportunidades. Essas populações, que em parte provem de famílias ribeirinhas dos interiores paraenses, ou de famílias historicamente ocupantes do lugar, foram impulsionadas a uma busca e a uma luta pelo seu direito como cidade, sobretudo através do controle de territórios e de microterritórios, necessários à sua sobrevivência.

O modo de vida destes “camponeses urbanos”² é centrado na sobrevivência da própria família, haja visto as grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho, em decorrência de baixos níveis de qualificação profissional, que reflete um padrão de exigência exacerbado pelos processos de desenvolvimento das metrópoles. Essas famílias estão, geralmente, nas áreas de assentamentos, ou “invasões”, e procuram trabalho em comércios locais, que oferecem baixos salários, ou em trabalhos autônomos, principalmente na feira livre do bairro.

É importante destacar dois pontos: primeiro, a lógica reprodutiva dessas famílias, assim como dos camponeses rurais, possui a necessidade de equilíbrio entre o grau de satisfação das necessidades reprodutivas e o nível de penosidade do trabalho, seja ele formal ou informal, onde o crescimento demográfico da família, assim como a diferenciação demográfica da mesma, afeta o orçamento anual, elevando o grau de efetividade do uso dos mesmos recursos disponíveis; o segundo ponto refere-se aos fatores de produção. Diferentemente do meio rural, a terra em que se habita não é a mesma da qual se tira o sustento. Na verdade, o fator terra, neste caso, está ligado ao já mencionado direito à cidade.

² Seriam famílias que, na luta pelo direito à cidade, desenvolvem maneiras de apropriação e re-apropriação de microterritórios nas periferias dos espaços urbanos, condicionando peculiares formas de acesso à terra e de uso da força de trabalho, a partir das quais conseguem resolver seus problemas reprodutivos, orientados por uma estrutura que não diferencia os que decidem sobre o uso do microterritório e da força de trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação.

Os trabalhadores de uma determinada família residem em um lote de terras de “assentamentos”, mas exercem suas atividades econômicas, geralmente de comércio e serviços³, ou atividades informais, que substituem as atividades agrárias, em lotes de espaço na feira livre, o que duplica a sua luta e resistência pelo direito a cidade.

A família, então, constitui um controle social sobre esses seus microterritórios, a fim de satisfazer suas necessidades reprodutivas. O uso da potência de trabalho está relacionado ao tempo que o trabalhador precisará estar na feira para suprir o orçamento familiar. Logo, a posse do fator terra, diferentemente do campo, é fragmentada no espaço urbano, e o fator força de trabalho desponta como sendo o mais crucial, mesmo que os padrões urbano-trabalhistas depreciem o uso e a remuneração de mão-de-obra certificadamente não qualificados. Os próprios trabalhadores criam suas oportunidades locais com base no uso do território, e as famílias não diferenciam aqueles que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação.

Dessa forma, para os “camponeses urbanos” do Tapanã, o fator capital ganha relevância no contexto da urbanização, tanto para a manutenção reprodutiva, haja vista que a subsistência não conta com a produção agrícola, mas sim com atividades terciárias, quanto para a expansão do território, pois, com a fragmentação do espaço, são fomentadas as estratégias para o controle dos microterritórios, necessários para o apoio material e social da eficiência reprodutiva das famílias.

Outro ponto a se destacar é uma espécie de “aprisionamento involuntário” que ocorre com essas famílias, sobretudo no tocante à cultura e ao lazer. Nota-se que os espaços públicos e privados, a exemplo de praças, arenas, bares, restaurantes, lanchonetes etc., bem como as limitações orçamentárias das famílias citadas, fazem com que essas pessoas limitem suas vidas e atividades no interior do bairro, saindo de lá somente quando há uma necessidade superior ou para visitar parentes. Não há um contato necessário com outros lugares, culturas e perspectivas, a vida fica restrita aos limites do bairro. É como se a perspectiva de microterritório ganhasse uma projeção maior, englobando o território do bairro, ou seja, o bairro, que antes era um conjunto de microterritórios, passa a ser, em uma escala maior, um único microterritório.

³ Em geral, montam pequenas barracas com venda de verduras, legumes, frutas e/ou temperos, ou para comercializar produtos sem respaldo legal, tal como os “camelôs”, ou também como moto táxis, vendedores de lanches, etc. Em alguns casos, os vendedores prosperam e constroem comércios mais estruturados, expandindo seu ramo de vendas ou migrando para outros, como as confecções, mercadinhos, açougues, peixarias, oficinas, vendas de frangos, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição histórica do bairro do Tapanã, proveniente da fatídica “hospedaria do diabo”, perpassa pelo processo global de urbanização e metropolização das periferias industriais. Sua população foi sendo formada por uma mescla de diferentes camadas sociais. Hoje, é um bairro excepcional da chamada “nova Belém” no tocante à observação da fragmentação socioespacial que o processo de urbanização fomentou. É um espaço de controvérsias, um mosaico de contrários.

A pesquisa de campo pôde tornar observáveis os fenômenos descritos pelos autores, mesmo havendo limitações, logísticas e materiais de acesso a um maior contingente de dados primários e secundários, porém abrindo a possibilidade para que outras pesquisas possam se debruçar mais profundamente sobre as questões levantadas, como a desigualdade habitacional, a precarização da força de trabalho local e as carências do circuito inferior inseridas na feira livre do bairro.

A partir do observado, recomendam-se iniciativas locais que alcançariam resultados importantes de desenvolvimento social e econômico para o bairro do Tapanã, como a construção de mais creches nas “áreas de baixada”, iniciativas de micro ou nano crédito para os feirantes, ou até mesmo de uma moeda social, cursos de qualificação profissional nas periferias do bairro, obras de saneamento básico e, possivelmente, um restaurante popular na “baixada”, para atenuar a insegurança alimentar local.

REFERÊNCIAS

BURGOS, R. Direito à cidade: utopia possível a partir do uso e apropriação dos espaços públicos urbanos. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: LAS UTOPIÁS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO*, 14., 2016, Barcelona. **Anales** [...]. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016. p. 1-19.

CATAIA, M.; SILVA, S. C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013.

COSTA, F. A. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira**. Belém: NAEA, 2012.

- FURTADO, V. Tapanã: a rota da borracha em Belém e a ‘Hospedaria do Inferno’. **Jornal O Liberal**, Belém, 22 maio 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/tapan%C3%A3-a-rota-da-borracha-em-bel%C3%A9m-e-a-hospedaria-do-inferno-1.143631>. Acesso em: 22 out. 2020.
- GUIMARÃES, S. K.; CUNHA, L. A. G. A teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos: subsídios para o estudo da economia urbana contemporânea. **Portal de Eventos da Universidade Estadual de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 18 set. 2018. Disponível em: https://siseve.apps.uepg.br/storage/xxvgeografia/27_Simone_Koniski_Guimar%C3%A3es-153636334742790.pdf. Acesso em: 14 nov. 2020.
- HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.
- LEAL, E. L. Proteção social de crianças e adolescentes: um olhar através da observação participante. **Diálogo**, Cuiabá, n. 40, p. 69-79, 2019.
- MARIETTO, M. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 5-18, out. 2018.
- MEDEIROS, J. F. S. As Feiras Livres em Belém (PA): possibilidades e perspectivas de (re) apropriação do território na/da cidade. **Observatório Geográfico América Latina**, Cidade do México, 2004. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/250.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.
- MÓNICO, L. *et al.* A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **CIAIQ 2017**, [s. l.], v. 3, p. 724-733, 2017.
- MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. Território, globalização e fragmentação. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 169-181.
- MONTENEGRO, M. R. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezolana**, Caracas, v. 53, n. 1, p. 147-164, 2012.
- MOURA, H. A.; MOREIRA, M. M. A população da Região Norte: processos de ocupação e de urbanização recentes. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v. 6, n. 12, p. 215-238, 2010.

SANTOS, J. E. Feiras livres: (re) apropriação do território na/da cidade, neste período técnico-científico-informacional. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 17, n. 2, p. 39-56, 2013.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 433-433.

SANTOS, T. V. Expressões metropolitanas na periferia do capitalismo brasileiro: Belém e a particularidade da metropolização regional na Amazônia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 13., 2019, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. p. 1-14.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Assentamentos urbanos e metropolização na Amazônia brasileira: o caso de Belém. *In*: ENCUESTRO DOS GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA, 7., 1999, San Juan. **Anales [...]**. San Juan: Universidad de Porto Rico, 1999. p. 35-45.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 22, p. 153-155, 2007.

Texto submetido à Revista em 12.02.2021
Aceito para publicação em 09.08.2022